

## MEIO AMBIENTE

► Negociação do Código Florestal e redução do poder do Ibama são citados por ambientalista como pontos negativos

# Governo federal retrocedeu

MARCOS LEMOS  
DA REDAÇÃO

Às vésperas do maior evento mundial sobre o Meio Ambiente que é o Rio+20, uma continuidade da Eco92, a Gazeta tem como entrevistado especial deste domingo o engenheiro Sérgio Guimarães, que desde os anos 80 é uma das referências mais importantes no tema em Mato Grosso. Constantemente chamado para opinar e para expor sua compreensão a respeito das políticas de preservação ambiental e desenvolvimento sustentável, ele expõe toda a gama de questões que envolvem o meio ambiente e as políticas de desenvolvimento que precisam estar atreladas para não se prestigiar apenas um lado em detrimento do outro, pois ambos são fundamentais no cotidiano das pessoas, países, ecossistemas e meios.

Sérgio Guimarães é natural de Floriano, Piauí, engenheiro civil e tem especialização em transportes urbanos e políticas ambientais. Foi secretário de Meio ambiente de Mato Grosso e é um dos fundadores e presidente do Instituto Centro de Vida (ICV), organização que atua há mais de 20 anos em defesa das causas socioambientais em Mato Grosso e região amazônica.

É membro de diversas redes e articulações nacionais e internacionais, como o Fórum Amazônia Sustentável e a Articulação Regional Amazônica (ARA), rede que congrega organizações de seis países da Bacia Amazônica. No momento trabalha no acompanhamento de políticas ambientais e na participação do ICV e dessas redes na conferência Rio+20, que será realizada em junho.

**Na semana passada, várias organizações socioambientalistas divulgaram um documento que avalia o governo Dilma na área socioambiental. Qual o resultado dessa avaliação?**

Muito negativa. O primeiro ano de governo da presidente Dilma Rousseff mostrou um grande retrocesso da agenda socioambiental. Entre os principais atrasos estão: a flexibilização da legislação, com a negociação do Código Florestal que induz ao desmatamento; a promulgação sem vetos da Lei Complementar 140, que reduz o poder de fiscalização do Ibama e Conama; a interrupção de processos de criação de unidades de conservação e até a inacreditável e inédita redução de várias dessas áreas de preservação na Amazônia através de Medida Provisória, contrariando a legislação em vigor e os compromissos internacionais assumidos pelo país. Ainda, o aceleramento do licenciamento de obras com claros problemas ambientais e sociais, como é o caso da usina de Belo Monte. E o mais grave é que essas decisões contrariam os compromissos formalmente assumidos pela candidata em 2010. Nesse contexto, o objetivo do documento divulgado pelas organizações é alertar a sociedade dos prejuízos que essas decisões certamente causarão ao país, agora e no futuro.

**Quais os pontos de discordância em relação à proposta do Código Florestal que se encontra para ser apreciada na Câmara dos Deputados após as alterações propostas pelo Senado?**

Esse é um dos principais pontos do retrocesso da agenda socioambiental, que desfigura a legislação de proteção das florestas e pode comprometer um dos maiores patrimônios do Brasil, com sérias consequências para toda população. Apesar das diversas manifestações de cientistas, juristas, pequenos agricultores, ambientalista e organizações sociais das mais variadas áreas, o texto que vai a votação em breve, com a omissão do governo nas negociações, concede anistia ampla para desmatamentos irregulares cometidos até julho de 2008, aumentando a impunidade que estimulará o aumento do desmatamento, além de reduzir as reservas legais e Áreas de Proteção Permanente em todo o país. Desconsidera estudos técnicos de consagrados cientistas brasileiros das mais reconhecidas instituições que fizeram repetidos alertas sobre equívocos evidentes das propostas de lei oriundas da Câmara e do Senado. A SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, a maior organização científica do país, declarou que essa anistia será a sentença de morte para grande parte dos rios pelo avanço do desmatamento.



João Vieira

**Sérgio Guimarães também vê descaso do governo estadual com o meio ambiente**

Estudo realizado pelo IPEA, órgão do Ministério do Planejamento, afirma que só a exclusão de propriedades até 400 ha, somente na Amazônia, poderá induzir um desmatamento de até 24 milhões de hectares.

**E em Mato Grosso, como está sendo tratada a questão ambiental?**

Lamentavelmente com o mesmo descaso. Veja a situação do Zoneamento: o governador Silval Barbosa (PMDB) sancionou em 2011 uma lei aprovada pela Assembleia, sem base técnica, contrariando o próprio projeto de lei enviado pelo governo em 2008 e que foi elaborado com base em estudos técnicos criteriosos que duraram quase 20 anos e custaram cerca de 30 milhões de dólares ao erário público. Entre outras inconseqüências, a lei transforma cerca de 12 milhões de hectares, classificados como área de manejo específico pelo elevado potencial hídrico, em área

consolidada de agricultura e pecuária. São tão graves as distorções para o meio ambiente e para a população que a lei foi recentemente suspensa pelo Judiciário. Uma das consequências diretas foi o aumento do desmatamento no estado. Em 2011, enquanto o desmatamento da Amazônia caiu mais uma vez, o desmatamento em Mato Grosso voltou a crescer. Outros pontos, como a não

implementação de programas ambientais, como o Plano de Combate ao Desmatamento e a redução de orçamento da Secretaria de Meio Ambiente - Sema, mostram claramente o descaso com o meio ambiente, o que vai comprometer a qualidade de vida da população e até mesmo a produção agropecuária no futuro.

**As entidades ligadas ao meio ambiente conseguiram difundir no meio social a importância da sustentabilidade ambiental?**

Em alguma medida, sim. Existem diversas

iniciativas em governos, empresas, na academia, em setores sociais que vêm trabalhando de forma muito consistente em direção à sustentabilidade. Mas ainda é muito pouco em relação às necessidades. A cultura dominante e grande maioria das iniciativas ainda não consideram a necessidade da sustentabilidade. Por isso corremos risco enquanto sociedade de pagar um preço muito alto por esses erros. Inclusive de inviabilização das condições de vida. Aliás, já estamos pagando, o que presenciamos de cataclismos, inundações, secas, com muitas mortes e prejuízos para a economia é resultado das ações equivocadas que não consideram a necessidade do equilíbrio ambiental. Temos que mudar de rota para evitar o pior.

**É possível se aliar o desenvolvimento com a preservação ambiental? Realmente existem resultados que comprovariam o desenvolvimento onde a produção agrícola ou industrial poderia ser aliada à preservação ambiental?**

Na realidade não é possível ter um verdadeiro desenvolvimento sem considerar o meio ambiente. As atividades que propiciam o que chamamos de desenvolvimento acontecem sempre no meio ambiente, se elas destroem esse meio, mais na frente o meio destruído destrói a própria atividade. É somente uma questão de tempo. Às vezes demoram alguns anos. Mas existem milhares de exemplos em todo o mundo. Como também existem milhares de exemplos e resultados comprovados onde a produção agrícola ou industrial são aliadas da conservação ambiental. Diversas técnicas tradicionais de agricultura e outras inovações tecnológicas que estão sendo implementadas em Mato Grosso aliam produção e sustentabilidade ambiental. Também várias empresas estão reciclando seus rejeitos e existem

algumas que fazem apenas isso.

**Mato Grosso continuará sendo o grande vilão ambiental?**

Espera-se que não, mas é mais provável que sim. Pois não se vê no governo interesse em enfrentar os problemas. Ao contrário, vemos a Sema sendo enfraquecida e subordinada aos interesses políticos. Por exemplo, é possível que esse ano tenhamos o mesmo caos em relação às queimadas que tivemos em 2010, cuja fumaça espessa afetou grande parte da população. Não se percebe iniciativas no sentido de prevenir e combater uma situação como aquela. Estamos na dependência das condições climáticas. Também, a maioria do setor do agronegócio, setor dominante da economia e do poder político no Estado, não possui uma visão de futuro que inclua a sustentabilidade. Seus interesses ainda são muito imediatos. Por isso, Mato Grosso pode ciclicamente continuar sendo identificado como vilão ambiental. Mas essa situação pode mudar na medida em que a sociedade se organize e se posicione claramente contra esse estado de coisas e em favor de outra realidade. Como dizem as organizações e movimentos sociais que participam do Fórum Social Mundial, "um outro mundo é possível". Mas depende de cada um e de todos nós.

//

**O que presenciamos de cataclismos, inundações, secas, com muitas mortes e prejuízos para a economia é resultado das ações equivocadas que não consideram a necessidade do equilíbrio ambiental**